



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE ARAGUAÍNA  
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO DE TURISMO

DHULLYANE ARCEBISPO LIMA OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma proposta para a mitigação dos  
impactos ambientais através do turismo pedagógico no Tocantins,  
Amazônia Legal do Brasil**

ARAGUAÍNA-TO

2025

DHULLYANE ARCEBISPO LIMA OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma proposta para a mitigação dos  
impactos ambientais através do turismo pedagógico no Tocantins,  
Amazônia Legal do Brasil**

Trabalho de Conclusão de Curso, na modalidade de artigo, apresentado à Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT) - Campus Universitário de Araguaína para a obtenção do título de Tecnólogo em Turismo, sob a orientação da Professora Dra. Andressa Ferreira Ramalho Leite, e co-orientação do Me Cayo Cesar Gregorio da Costa e Silva.

ARAGUAÍNA-TO

2025

DHULLYANE ARCEBISPO LIMA OLIVEIRA

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma proposta para a mitigação dos impactos ambientais através do turismo pedagógico no Tocantins, Amazônia Legal do Brasil**

Nota: 8,5

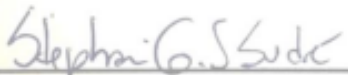
Araguaína-TO, 23 de junho de 2025.

BANCA EXAMINADORA



---

Profa. Dra. Andressa Ferreira Ramalho Leite - Orientadora  
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo - UFNT



---

Profa. Dra. Stephanni Gabriella Silva Sudré –Banca Examinadora  
Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo – UFNT



---

Prof. Cayo Cesar G da Costa e Silva - Banca Examinadora  
Professor convidado –Curso Superior de Tecnologia em Gestão de Turismo – UFNT



---

Prof. Marymar Almeida - Banca Examinadora  
Membro Externo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
Sistema de Geração de Ficha Catalográfica SGFC-UFNT  
**Gerado automaticamente mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

A668e ARCEBISPO LIMA OLIVEIRA, DHULLYANE .

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: uma proposta para a mitigação dos impactos ambientais através do turismo pedagógico no Tocantins, Amazônia Legal do Brasil / DHULLYANE ARCEBISPO LIMA OLIVEIRA, . - Centro de Ciências Integradas - CCI, TO, 2025.

29 f.

Monografia Graduação (Graduação - em Gestão de Turismo) --  
Universidade Federal do Norte do Tocantins, 2025.

Orientadora: Andressa Ferreira Ramalho Leite.

Coorientador: Cayo Cesar Gregorio da Costa e Silva.

1. Turismo. 2. Educação Ambiental. 3. Impactos Ambientais. I. , .  
II. Título

**CDD 338.47**

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizada desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

## AGRADECIMENTOS

Chegar até aqui foi uma jornada desafiadora, repleta de aprendizados, superações e crescimento pessoal e acadêmico. Ao concluir este Trabalho de Conclusão de Curso, não poderia deixar de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para essa conquista. Agradeço, primeiramente, a Deus, por me conceder força, sabedoria e coragem nos momentos mais difíceis. À minha família, especialmente, minha mãe meu pai, por todo o amor, apoio incondicional e incentivo constante. Vocês foram meu alicerce em cada etapa desta caminhada. Aos professores e orientadores, meu sincero reconhecimento pela dedicação, paciência e orientação ao longo do curso, especialmente, Andressa Ramalho, minha orientadora por sua valiosa contribuição na elaboração deste trabalho. Aos colegas e amigos que estiveram ao meu lado durante a graduação, meu muito obrigado pela parceria, pelas trocas de conhecimento e pelo companheirismo que tornaram essa trajetória mais leve e significativa. Por fim, agradeço a mim mesma, por não desistir, por acreditar no meu potencial e por ter chegado até aqui. Que este seja apenas o começo de novas conquistas.

Com gratidão.

Dhullyane Arcebispo Lima Oliveira

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1</b> - Mapa de abrangência da Amazônia Legal no Brasil	09
<b>FIGURAS 2 E 3</b> - Localização geográfica de Araguaína-TO e Darcinópolis-TO, respectivamente	15
<b>FIGURAS 4 E 5</b> - Programa Horta nas Escolas de Araguaína – TO	16
<b>FIGURA 6</b> - Mapa aéreo da agrovila AGRIFAT	18
<b>FIGURAS 7 E 8</b> - Oficina de Turismo de Base Comunitária e Oficina de Cartografia Social, respectivamente	18
<b>FIGURAS 9 E 10</b> - Trilhas ecológicas e Educação Ambiental no Vão do Canto Grande – AGRIFAT	19
<b>FIGURAS 11, 12, 13, 14, 15 e 16</b> - Cartilha Educativa	24
<b>FIGURA 17</b> – Jogos educativos da cartilha	26

## LISTA DE QUADROS

<b>QUADRO 1</b> – Educação Ambiental	20
<b>QUADRO 2</b> – Impactos Ambientais	21
<b>QUADRO 3</b> - Turismo Pedagógico	22

## RESUMO

O turismo se apresenta como uma alternativa viável para as problemáticas ambientais na sociedade contemporânea, contribuindo para possibilidades de educação ambiental e práticas sustentáveis, no território compreendido pela Amazônia Legal. Dessa forma, o presente estudo apresenta a seguinte indagação: de que forma a educação ambiental articulada à atividade turística no Tocantins, pode contribuir para a redução dos impactos ambientais? Os objetivos específicos se apresentam da seguinte forma: a) Identificar as práticas ambientais já desenvolvidas no Tocantins, mais especificamente, nos municípios de Araguaína-TO e Darcinópolis-TO, localizados ao meio-norte e extremo-norte do estado, respectivamente; b) Propor uma cartilha de educação ambiental, como proposta acadêmica para as escolas do município, com as seguintes etapas: I-Educação Ambiental; II-Impactos ambientais; III-Turismo pedagógico. A metodologia desse trabalho se caracteriza de natureza descritiva e exploratória, contemplando a abordagem qualitativa dos dados, através da pesquisa-ação-participante. A partir da coleta de dados e dos resultados preliminares obtidos, conclui-se que, as práticas ambientais municipais já são implementadas nos municípios pesquisados, mesmo que de forma incipiente, demonstrando a necessidade de um planejamento sustentável e estratégico da gestão municipal, que articule a continuidade das ações e o envolvimento de autóctones.

**PALAVRAS-CHAVE:** Turismo. Educação ambiental. Impactos ambientais.

## **ABSTRACT**

Tourism presents itself as a plausible alternative to environmental problems in contemporary society, contributing to possibilities for environmental education and sustainable practices, in the territory comprised by the Legal Amazon. Therefore, this study presents the following question: how can environmental education linked to tourist activity in Tocantins contribute to reducing environmental impacts? The specific objectives are presented as follows: a) Identify environmental practices already developed in Tocantins, more specifically, in the municipalities of Araguaína-TO and Darcinópolis-TO, located in the mid-north and extreme-north of the state, respectively; b) Propose an environmental education booklet, as an academic proposal for schools in the municipality, with the following steps: I-Environmental Education; II-Environmental impacts; III-Pedagogical tourism. The methodology of this work is characterized by a descriptive and exploratory nature, contemplating a qualitative approach to data, through participant-action research. From the data collection and preliminary results obtained, it is concluded that municipal environmental practices are already implemented in the municipalities researched, even if in an incipient form, demonstrating the need for sustainable and strategic planning of municipal management, which articulates the continuity of actions and the involvement of local people.

**KEY WORDS:** Tourism. Environmental education. Environmental impacts.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1 Educação Ambiental: uma proposta turística e pedagógica para a problemática climática do Século XXI	11
2.2 Os impactos ambientais e os paradigmas contemporâneos das práticas turísticas - um olhar além dos efeitos econômicos	12
3 METODOLOGIA	14
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	15
4.1 Programa Horta nas Escolas – Araguaína/TO	15
4.2 Projeto Amigos da Terra (AGRIFAT), Darcinópolis/TO	17
4.3 Cartilha de Educação Ambiental: sensibilizar para educar e educar para preservar	19
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
REFERÊNCIAS	28

## 1 INTRODUÇÃO

O presente estudo visa analisar de que forma a educação ambiental articulada à atividade turística no Tocantins, pode contribuir para a redução dos impactos ambientais, identificando as práticas ambientais já desenvolvidas no estado, mais especificamente, nos municípios de Araguaína-TO e Darcinópolis-TO,

É válido ressaltar, que a atividade turística se apresenta como um fenômeno de mudança socioeconômica, cultural e paisagística mais dinâmica da sociedade moderna, contribuindo com os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)<sup>1</sup> da Organização das Nações Unidas (ONU), no que compete às ações contra a mudança global do clima e práticas sustentáveis.

Em contrapartida, e especialmente, nos grandes centros urbanos, ainda se observa a falta de sensibilização às causas ambientais através de cidades não adaptadas às variações climáticas, imergidas em catástrofes ambientais periódicas e, cada vez mais, com significativos danos materiais e humanos.

Assim também, é possível observar, a poluição sonora, a qual incomoda os animais nativos, afastando-os de seus ambientes de origem e acarretando danos graves à preservação dessas espécies, especialmente, no território compreendido pela Amazônia Legal, no Brasil, que se apresenta na Figura 1 a seguir:



Figura 1: Mapa de abrangência da Amazônia Legal no Brasil  
Fonte: produzido por Da Costa e Silva (2025).

<sup>1</sup> Organização das Nações Unidas (ONU) e as ODS <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

A Amazônia Legal é uma área que corresponde a 59% do território brasileiro e engloba a totalidade de oito estados (Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins) e parte do Estado do Maranhão (a oeste do meridiano de 44°W), perfazendo 5,0 milhões de km<sup>2</sup>, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

O conceito de Amazônia Legal foi instituído através da Lei n° 1.806, de 06/01/1953, e os seus limites territoriais decorrem da necessidade de planejar o desenvolvimento econômico da região e, por isso, não se resumem ao ecossistema de floresta tropical, que ocupa 49% do território nacional, e se estende pelo território de outros oito países vizinhos: Guiana, Guiana Francesa, Suriname, Venezuela, Colômbia, Equador, Peru e Bolívia.

Em 2008, o governo federal lançou o Plano Amazônia Sustentável (PAS) propondo um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e ecológica e redução das desigualdades regionais. Sua elaboração envolveu a participação dos governos dos nove estados da região amazônica e expressivos segmentos da sociedade civil, por meio das consultas públicas.

Atualmente, o PAS apresenta como principais diretrizes: valorizar a diversidade sociocultural e ambiental da Amazônia; ampliar a presença do Estado na Amazônia para garantir maior governabilidade sobre processos de ocupação territorial e de usos dos recursos naturais e maior capacidade de orientação dos processos de transformação socioprodutiva; assegurar os direitos territoriais dos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, condição para a reprodução social e a integridade cultural das populações ribeirinhas, extrativistas, povos indígenas, quilombolas, entre outros; combater o desmatamento ilegal associado à transformação da estrutura produtiva regional, coibindo a replicação do padrão extensivo de uso do solo das atividades agropecuárias, predominantemente na fronteira de expansão da Amazônia nas últimas décadas; promover a pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico para o desenvolvimento sustentável da região; dentre outras diretrizes.

Diante da gravidade da situação ambiental atual, a ONU (2024) alerta no relatório Estado do Ar Global<sup>2</sup>, que a poluição do ar provocou 8,1 milhões de mortes em todo o mundo, em 2021. O número corresponde a 12% do total de óbitos ocorridos no período. O estudo apresentado coloca em destaque a Índia, com 2,1 milhões de casos fatais, e a China, com 2,3 milhões, concentrando nos dois países, 54% da carga global total de doenças causadas pela poluição do ar.

Neste contexto, de acordo com os parâmetros curriculares nacionais (PCN's), a educação ambiental é um caminho salutar nessa transformação de consciência, capaz de transformar o pensamento do homem em relação à natureza. O PCN (2001, p.34) aponta que o ser humano através da educação ambiental “desenvolve a consciência holística e a valorização do meio em que vive, utilizando a natureza e os seus insumos, de forma mais consciente e sustentável possível”.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Educação Ambiental: uma proposta turística e pedagógica para a problemática climática do Século XXI**

Tomando como base a Lei nº 9.795/99, Mello (2007) diz que a Educação Ambiental (EA) é tida como um processo pelo qual, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, tendo como objetivo, a conservação do meio ambiente.

Segura (2001), Dias (2004), e Mello (2007) apontam que a Educação Ambiental é um processo que proporciona às pessoas uma compreensão a respeito do ambiente, e desse modo, elucida valores e atitudes, permitindo que seja desenvolvida uma consciência participativa dos meios de conservação dos recursos naturais. Ainda sobre a importância da educação participativa, Freire (1987) explana que, é através de um ensino investigativo e provocativo, que o aluno começa a pensar e a refletir sobre o processo de construção do conhecimento, se vendo parte integrante dele.

Segundo a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a educação ambiental pode ser considerada uma disciplina, que se for bem

---

<sup>2</sup> State of Global Air – ONU <https://www.stateofglobalair.org/resources/report/state-global-air-report-2024>

estabelecida, estimula uma relação entre os homens e o ambiente natural, ao qual estão inseridos. Dias (1992) afirma que:

A apresentação de temas ambientais no ensino primário deveria se fazer com ênfase em uma perspectiva de educação geral, dentro do marco, por exemplo, das atividades de iniciação e junto com as atividades dedicadas à língua materna, à matemática ou a expressão corporal e artística. O estudo do meio ambiente deve recorrer aos sentidos das crianças (percepção do espaço, das formas, das distâncias e das cores), e fazer parte das visitas e jogos. O estudo do entorno imediato do aluno (casa, escola, caminho entre ambos) reveste-se de muita importância (DIAS, 1992, p. 31).

Dias (1992) e Segura (2001) apontam que a escola é um dos primeiros espaços que absorveram o chamado processo de ambientalização da sociedade. “Os conteúdos que atendem aos objetivos de aprendizagem da EA são ministrados de maneira transdisciplinar, conforme proposto pelas diretrizes curriculares para a educação básica” (LAERCIO e FONSECA, 2022, p.10).

## **2.2 Os impactos ambientais e os paradigmas contemporâneos das práticas turísticas - um olhar além dos efeitos econômicos**

A Resolução 001/86 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), do Ministério do Meio Ambiente (MMA), no Artigo 1º, define como impacto ambiental:

Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas, e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos ambientais. (CONAMA, 1986, p.1)

Neste viés, a atividade turística pode surgir como uma alternativa para a problemática ambiental, atrelando geração de renda e preservação ambiental. Contudo, os impactos que o turismo causa ao meio ambiente podem ser positivos ou negativos, devido à complexidade das relações de interdependência entre seus elementos.

Os efeitos dos impactos ambientais ocorrerão, no tempo e no espaço, envolvendo o homem, a sociedade e o entorno natural (GOMES et al., 2003). Os impactos positivos do turismo decorrem do fato de esta atividade poder subsidiar os custos de conservação do ambiente (BELTRÃO, 2001). Outros impactos positivos do turismo são a conservação da herança cultural, o fortalecimento da identidade cultural e o intercâmbio intercultural (DIAS, 2005).

Os principais impactos ambientais negativos do turismo são: poluição e contaminação de cursos de água e de praias; poluição atmosférica, visual e sonora; desmatamento, distúrbios à vida selvagem e perda de biodiversidade; congestionamento; compactação, erosão e perda de fertilidade do solo; danos a monumentos, sítios arqueológicos, lugares e construções históricas; choques culturais; transformação dos valores e condutas morais; difusão de epidemias; sexo, crime e mercantilização da cultura (FERRETTI, 2002; DIAS, 2005). De acordo com Dias (2005):

[...] uma lista dos impactos ambientais provocados pelo turismo será sempre incompleta pela diversidade de efeitos que a atividade provoca no meio ambiente, daí a necessidade de monitoramento permanente (DIAS, 2005, p.100).

Os efeitos negativos do turismo podem ser evitados ou atenuados através de planejamento turístico integrado, que considera aspectos tradicionais do planejamento (mercado, econômicos, financeiros, técnicos e coordenação do território) e planejamento ecológico, que inclui aspectos ambientais (CASASOLA, 2003).

Leite, Lamas e De Mendonça Nóbrega (2019, p.68) apontam que, “ao se ir além dos efeitos econômicos do turismo de massa, foram observados os efeitos negativos deste, especialmente, nas esferas socioculturais e ambientais”, imergindo novas propostas de turismo e reflexões da interrelação do turismo com os ambientes social, cultural e ambiental, de forma sistêmica. Ruschmann (2000), ainda levanta que o crescimento acelerado do turismo, a partir da década de 50, provocou uma degradação de recursos turísticos, em todo o planeta, corroborando, ainda mais, com a necessidade de um planejamento sustentável da atividade.

A partir da década de 70, com o crescimento do turismo de massa, um alerta mundial soou, apontando para a possibilidade de que seu crescimento poderia ser insustentável do ponto de vista ambiental. (DIAS, 2005, PERINOTTO, 2008), fazendo surgir o que, atualmente, se entende por turismo de natureza, turismo ecológico, ou turismo verde, proporcionando o deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo ou necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno.

A partir desse segmento turístico, que é dado em espaços naturais delimitados e/ou protegidos pelo Estado ou controlados por alguma organização, como associações locais ou organizações não-governamentais (ONG), a educação ambiental surgiu como um suporte indissociável.

Atualmente, o crescente interesse dos turistas pelos ambientes naturais tem elevado as preocupações sobre os impactos gerados pela atividade, afinal, em suma, a maior parte dos lugares que despertam a curiosidade dos viajantes é frágil, finita e apresenta, de modo geral, alto valor conservacionista. (DIAS, 2005).

Outrossim, de acordo com Da Costa e Silva (2023), um dos elementos básicos para a educação ambiental e a conscientização de preservação é o entendimento do espaço geográfico, conforme relata a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente aos objetivos do ensino:

Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas; Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia. (BRASIL, 2008).

O entendimento das territorialidades e a correta observação do espaço geográfico possibilita ao turismo, identificar os aspectos práticos e teóricos de utilização desse espaço, viabilizando práticas motivadoras e inovadoras, e experiências turísticas mais intensas e com trocas verdadeiras. Da Silva Louzeiro (2019, p.58) enfatiza a importância do turismo pedagógico no contexto educacional:

O turismo pedagógico representa a oportunidade de explorar a relação homem-espaço, nas mais variadas perspectivas de análise do conhecimento humano (geográfico, físico, biológico, ecológico, social, etc.) de forma interativa, divertida e multidisciplinar, emprestando o olhar crítico do turismo, em situações cotidianas de viagens técnicas. (DA SILVA LOUZEIRO, 2019, p.58).

Assim, a prática do turismo pedagógico, também reconhecida como visita técnica, viagens de estudos ou aula-passeio, pode ser apontada como uma atividade inovadora mostrando-se um instrumento frequente, em várias instituições de ensino particulares e públicas.

### **3 METODOLOGIA**

O estudo caracteriza-se de natureza exploratória e descritiva, onde se busca um levantamento bibliográfico e documental sobre a temática pesquisada elencando leis, normativas e olhares diversos sobre o tema ambiental. Como método de pesquisa foi utilizado para esse estudo, a pesquisa-ação-participante.

Segundo Brandão (1999, p. 13), essa metodologia “traduz a relação de participação da prática científica no trabalho político das classes populares, não como uma participação subordinada de sujeitos populares na pesquisa do pesquisador, mas como a participação orgânica de uma pesquisa coletiva em momentos do trabalho de classe”.

A pesquisa de campo foi realizada em etapas. O primeiro passo da pesquisa foi baseado no diagnóstico da educação ambiental realizada nas escolas públicas do município de Araguaína-TO e as práticas ambientais já adotadas pela gestão pública municipal da segunda maior cidade do Estado do Tocantins, objeto de estudo dessa pesquisa.

Em outro momento, foram pesquisadas as práticas de turismo pedagógico realizadas na comunidade Amigos da Terra, em Darcinópolis-TO, comunidade esta que desenvolve reconhecido trabalho de conscientização socioambiental em seu território, integrante do Projeto Cerrado Vivo. Nas figuras 2 e 3, estão apresentadas as localizações geográficas dos municípios pesquisados:

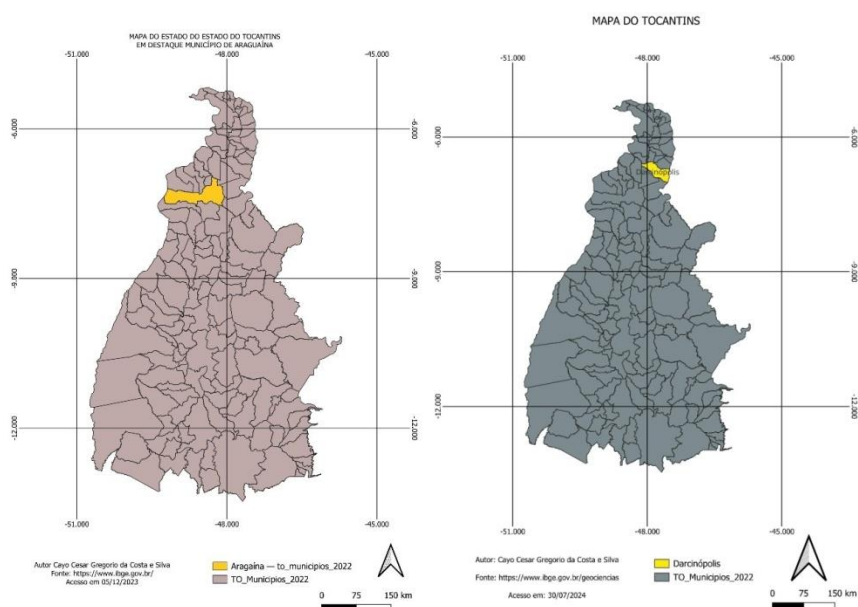


Figura 2 e 3: localização geográfica de Araguaína-TO e Darcinópolis-TO, respectivamente. Fonte: produzidos por Da Costa e Silva (2023).

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

### 4.1 Programa Horta nas Escolas – Araguaína/TO

O município de Araguaína está localizado no polo turístico compreendido como o Vale dos Grandes Rios. O desenvolvimento econômico e social do município começou

efetivamente a partir de 1960, com a construção da rodovia Belém-Brasília. No período de 1960 a 1975, Araguaína atingiu um estágio de desenvolvimento sem precedentes na história, tornando-se a quarta maior cidade do estado de 1980 a 1986, e a segunda atualmente. Na figura 1, está apresentada a localização geográfica do município:

A Vegetação é mista, com características de ecótono dos biomas cerrado e amazônico, matas ciliares e matas tropicais. A hidrográfica é oriunda da Bacia do Rio Araguaia e seus afluentes, entre eles, encontra-se em destaque o Rio Lontra. O território que compreende o município, também apresenta uma imensurável congruência étnica, visto a participação de povos indígenas e quilombolas em sua população original.

Neste contexto, vale salientar o trabalho inicial realizado pela gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente e Turismo do município (SEDEMA). Ações incipientes, como o programa da Horta nas Escolas, auxilia na educação ambiental das crianças, além de contribuir para o processo pedagógico do ensino, como se pode observar, nas figuras 4 e 5, a seguir:



Figuras 4 e 5: Programa Horta nas Escolas de Araguaína – TO  
Fonte: Prefeitura de Araguaína (2018).

O projeto faz parte da proposta pedagógica municipal e sete escolas de Araguaína já aderiram ao programa, sendo elas: Francisco Bueno de Freitas (Setor Maracanã), Joaquim de Brito Paranaguá (Setor Carajás), Manuel Lira, (Nova Araguaína), Meu Castelinho (Setor Oeste), Tereza Hilário Ribeiro (Setor Raizal), Luiz Gonzaga (Setor Costa Esmeralda) e na escola do campo José Nogueira (Projeto Rio Preto). Outras escolas estudam trabalhar a implantação de hortas verticais como solução para a falta de espaço.

O projeto envolvendo a educação ambiental tem como objetivo a conscientização alimentar e a sensibilização para a preservação do meio ambiente, além de servir como atividades de educação para a vida, possibilitando o desenvolvimento de temas transversais que podem ser trabalhados nas disciplinas de geografia, ciências da natureza

e matemática. Os alimentos produzidos nas hortas são utilizados na merenda escolar, mas também podem ser levados pelo aluno para consumir em casa.

Assim, o projeto também trabalha a educação alimentar e conscientização da produção do próprio alimento. As hortas têm variedades de cultura, como quiabo, jiló, pimenta, alface, tomate, coentro, cebolinha, rúcula, pepino, abóbora, entre outros.

Além do trabalho nas escolas, a educação ambiental pode ser desenvolvida fora delas através do turismo pedagógico. O turismo pedagógico é uma ferramenta de educação ambiental que, na prática, demonstra a teoria das salas de aula, abarcando várias temáticas e situações aplicáveis, conforme aponta Perinotto (2008):

Pode ser vivenciado junto à natureza e ao campo, onde os alunos entram em contato com a comunidade local, sentem as dificuldades do cotidiano da localidade e adquirem novos conhecimentos e informações sobre o espaço rural, interagindo com os atrativos / recursos turísticos visitados. Em geral, é uma prática prazerosa que dificilmente é recusada pelos estudantes; pelo contrário, estes muito apreciam participar de uma viagem ou de um passeio nos arredores da escola, pela cidade ou de uma excursão pela região rural. Neste contexto, o professor atinge seus objetivos didáticos de forma lúdica, pois as atividades pedagógicas são desenvolvidas com brincadeiras e entretenimento (PERINOTTO, 2008, p.101).

No contexto turístico, a educação ambiental é imprescindível para o desenvolvimento de uma atividade sustentável e benéfica para ambos os envolvidos, autóctones e visitantes, assim como ocorre na Comunidade Amigos da Terra, em Darcinópolis-TO, ao extremo-norte do Tocantins, Região Norte do Brasil, e território da Amazônia Legal brasileira.

#### **4.2 Projeto Amigos da Terra (AGRIFAT), Darcinópolis/TO**

O município de Darcinópolis se estende por 1.639,2 km<sup>2</sup> e conta com cerca de 5mil habitantes no último censo. A densidade demográfica é de 3,2 habitantes por km<sup>2</sup> no território do município. Vizinho dos municípios de Palmeiras do Tocantins, Wanderlândia e Angico, Darcinópolis se situa a 38 km a Sul-Oeste de Estreito, a cidade mais próxima nos arredores.

Nesta etapa da pesquisa de campo, foram utilizadas algumas geotecnologias, como o drone multiespectral, para acompanhar as práticas de educação ambiental agregadas ao turismo de base comunitária realizados na Comunidade Amigos da Terra, na região turística do Bico do Papagaio, ao extremo-norte do Estado do Tocantins.

O equipamento dispõe de um sistema estabilizado e integral de imagens, capaz de coletar um conjunto de dados completos, acessando informações coletadas por uma

câmera RGB e uma câmera multiespectral, e ainda com um arranjo de cinco câmeras, incluindo um sensor RGB para imagens de luz visível e cinco sensores monocromáticos para imagens multiespectrais.

A comunidade desenvolve atividades agrícolas da bioeconomia e economia solidária, além de atividades culturais, como eventos religiosos e comunitários, onde visitantes podem participar. O povoado também dispõe de uma área de proteção ambiental (APA), o Vão do Canto Grande, conforme se apresenta na figura 6, a seguir:



Figura 6: Mapa aéreo da agrovila AGRIFAT  
Fonte: Da Costa e Silva (2023)

Foi possível observar, na AGRIFAT, que a comunidade já desenvolve práticas ambientais nas atividades do dia-a-dia, e a educação ambiental junto aos jovens e crianças da comunidade, atrelando a prática no campo e nos espaços naturais, assim como na teoria que é desenvolvida nos cursos, palestras e oficinas realizadas pelas instituições parceiras, em especial, a Universidade Federal do Norte do Tocantins, através dos cursos de Geografia e Turismo, conforme visto nas figuras 7 e 8, a seguir:



Figuras 7 e 8: Oficina de Turismo de Base Comunitária e Oficina de Cartografia Social, respectivamente.  
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

É válido ressaltar, que é mais fácil idealizar e estruturar um planejamento ambiental no papel do que concretizá-lo e viabilizá-lo em práticas viáveis para a população, haja vista a dificuldade de transformação da consciência no uso racional dos bens naturais.

O ecoturismo como uma atividade totalmente realizada em espaços naturais e de contato amplo com o meio ambiente, pode provocar danos irreversíveis à natureza se não for bem planejado. Em contrapartida, esse segmento do turismo pode ser um grande aliado no desenvolvimento e na preservação do local, colaborando para a criação de áreas de proteção ambiental (APA), como o Vão do Canto Grande, na AGRIFAT.

Na pesquisa, foi possível realizar atividades de campo no espaço e aplicar ferramentas, como a análise da capacidade de carga do atrativo, plano de manejo, e prospecção de trilhas ecológicas, assim como observado nas figuras 9 e 10, que seguem:



Figuras 9 e 10: Trilhas ecológicas e Educação Ambiental no Vão do Canto Grande - AGRIFAT  
Fonte: Dados da pesquisa (2024)

Enquanto produto da pesquisa, que evidencia a troca de experiência, a vivência mútua e o constante aprendizado, está sendo entregue uma proposta de cartilha de educação ambiental, como instrumento pedagógico complementar no processo de conscientização do uso dos bens naturais. A cartilha apresenta uma proposta básica, incipiente, e de etapas iniciais, que devem ser desenvolvidas e estruturadas, conforme as características de cada localidade e envolvimento territorial.

#### **4.3 Cartilha de Educação Ambiental: sensibilizar para educar e educar para preservar**

A cartilha proposta como instrumento pedagógico complementar está dividida nos seguintes tópicos de análise: I-Educação Ambiental; II-Impactos Ambientais; III-Turismo pedagógico. Cada tópico está apresentado em um quadro de análise, conforme segue abaixo:

<b>EDUCAÇÃO AMBIENTAL</b>	
<b>LEI/AUTOR (ANO)</b>	<b>CONCEITO</b>
FREIRE (1987)	Explica que, é através de um ensino investigativo e provocativo, que o aluno começa a pensar e a refletir sobre o processo de construção do conhecimento, se vendo parte integrante dele.
LEI 9.795/99	A Educação Ambiental é um processo pelo qual, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, bem como conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, tendo como objetivo, a conservação do meio ambiente, considerando-o como um bem de uso comum do povo.
ART 4º - LEI 9.795/99	Busca reforçar a contextualização sobre a temática ambiental nas práticas social e expressa que ela deve ter uma abordagem integrada, respeitando o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas.
SEGURA (2001)	A escola é um dos primeiros espaços que absorveram o chamado processo de ambientalização da sociedade, e recebe a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio da disseminação da conscientização e da informação.
DIAS (2005)	Afirma que a Educação Ambiental é tida como um processo que proporciona às pessoas uma compreensão a respeito do ambiente, e deste modo elucidar valores, atitudes permitindo assim que seja desenvolvida uma consciência participativa, sobre as questões relacionadas como os meios de conservação dos recursos naturais e deste modo melhorar a qualidade de vida, diminuindo a pobreza.
BRASIL (2008)	Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas; Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
Plano Amazônia Sustentável - PAS (2008)	O Plano Amazônia Sustentável (PAS) propõe um conjunto de diretrizes para orientar o desenvolvimento sustentável da Amazônia com valorização da diversidade sociocultural e

	<p>ecológica e redução das desigualdades regionais. Lançado em maio de 2008, o plano foi elaborado sob a coordenação da Casa Civil da Presidência da República e dos ministérios do Meio Ambiente e da Integração Nacional.</p> <p>Sua elaboração envolveu a participação dos governos dos nove estados da região amazônica e expressivos segmentos da sociedade civil por meio das consultas públicas que mobilizaram seis mil pessoas na região.</p>
PERINOTTO (2008)	<p>Pode ser vivenciado junto à natureza e ao campo, onde os alunos entram em contato com a comunidade local, sentem as dificuldades do cotidiano da localidade e adquirem novos conhecimentos e informações sobre o espaço rural, interagindo com os atrativos / recursos turísticos visitados. Em geral, é uma prática prazerosa que dificilmente é recusada pelos estudantes; pelo contrário, estes muito apreciam participar de uma viagem ou de um passeio nos arredores da escola, pela cidade ou de uma excursão pela região rural. Neste contexto, o professor atinge seus objetivos didáticos de forma lúdica, pois as atividades pedagógicas são desenvolvidas com brincadeiras e entretenimento.</p>

Quadro 1: Educação Ambiental  
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os autores apresentados e as leis brasileiras de proteção ambiental corroboram entre si, no que diz respeito à Educação ambiental, a sua importância no processo pedagógico de ensino-aprendizagem, além do fomento de posturas valorativas de uma consciência participativa e cidadã.

No tópico seguinte da cartilha, estão dispostos alguns impactos ambientais e as problemáticas correlatas, conforme quadro 2:

IMPACTOS AMBIENTAIS	
LEI/AUTOR (ANO)	CONCEITO
Conselho Nacional do Meio Ambiente CONAMA (1986)	Por impacto ambiental entende-se: Qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

	<p>I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;</p> <p>II - as atividades sociais e econômicas;</p> <p>III - o bioma;</p> <p>IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;</p> <p>V - a qualidade dos recursos ambientais.</p>
RUSCHMANN (2000)	Os impactos ambientais advindos do turismo se dão devido às modificações e transformações que essa atividade ocasiona no meio natural.
BELTRÃO (2001)	Os impactos do turismo são amenizados pelo fato desta atividade poder subsidiar os custos de conservação do ambiente.
FERRETTI (2002)	Os principais impactos ambientais negativos do turismo são: poluição e contaminação de cursos de água e de praias; poluição atmosférica, visual e sonora; desmatamento, distúrbios à vida selvagem e perda de biodiversidade; congestionamento; compactação, erosão e perda de fertilidade do solo; danos a monumentos, sítios arqueológicos, lugares e construções históricas; choques culturais; transformação dos valores e condutas morais; difusão de epidemias; sexo, crime e mercantilização da cultura.
GOMES et al. (2003)	Os efeitos dos impactos ambientais ocorrerão, no tempo e no espaço, envolvendo o homem, a sociedade e o entorno natural.

Quadro 2: Impactos Ambientais  
Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Os impactos ambientais dispostos são inerentes às propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, englobando com isso, atividades de cunho social e econômico, além de condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e qualidade dos recursos ambientes.

Nesse viés, o turismo pedagógico surge na tentativa de mitigar esses impactos e trabalhar, a partir de atividades lúdicas e de campo, a educação ambiental e a preservação do meio ambiente, conforme se apresenta a cartilha em sua etapa III, no quadro 3, a seguir:

<b>TURISMO PEDAGÓGICO</b>	
<b>AUTOR (ANO)</b>	<b>CONCEITO</b>
RUSCHMANN (2000)	É válido ressaltar que, os ecossistemas naturais podem não comportar o elevado número de visitantes, não suportar o tráfego excessivo de veículos, o alto índice de lixo, a utilização inadequada dos recursos hídricos e essas ações podem alterar

	paisagens, topografia, o sistema hídrico e a conservação dos recursos naturais florísticos e faunísticos.
DIAS (2005)	Com o grande aumento da indústria turística (turismo de massa), observa-se a necessidade de instalar a infraestrutura da atividade, tais como meios de hospedagens, restaurantes, agências, receptivos, etc., de forma adequada e planejada.
DIAS (2005)	A partir desse segmento turístico, que é dado em espaços naturais delimitados e/ou protegidos pelo Estado ou controlados por alguma organização, como associações locais ou organizações não-governamentais (ONG), a educação ambiental surgiu como um suporte indissociável. Atualmente, o crescente interesse dos turistas pelos ambientes naturais tem elevado as preocupações sobre os impactos gerados pela atividade, porque a maior parte dos lugares que despertam a curiosidade dos viajantes é frágil, finita e apresenta de modo geral, alto valor conservacionista.
PERINOTTO (2008)	Fazendo surgir o que, atualmente, se entende por turismo de natureza, turismo ecológico, ou turismo verde, proporcionando o deslocamento de pessoas para espaços naturais, com ou sem equipamentos receptivos, motivados pelo desejo ou necessidade de fruição da natureza, observação passiva da flora, da fauna, da paisagem e dos aspectos cênicos do entorno.
LEITE, LAMAS E DE MENDONÇA NÓBREGA (2019.)	Apontam que, ao se ir além dos efeitos econômicos do turismo de massa, foram observados os efeitos negativos deste, especialmente, nas esferas socioculturais e ambientais, imergindo novas propostas de turismo e reflexões da interrelação do turismo com os ambientes social, cultural e ambiental, de forma sistêmica.
DA SILVA LOUZEIRO (2019)	O turismo pedagógico se apresenta na relação homem-espaço, nas mais variadas perspectivas de análise do conhecimento humano (geográfico, físico, biológico, ecológico, social, etc.) de forma interativa, divertida e multidisciplinar, emprestando o olhar crítico do turismo, em situações cotidianas de viagens técnicas. A atividade do turismo pedagógico está em crescimento e observa-se que algumas instituições de ensino estão adotando a atividade supracitada na integração de conteúdos curriculares em projetos multidisciplinares. Desta forma, a memória fotográfica dos alunos, também, é construída

	<p>a partir da identidade visual dos locais visitados, de suas especificidades, formatos, arquitetura, dentre outros fatores, reforçando, assim, a necessidade por preservação.</p> <p>O turismo pedagógico, também reconhecido como visita técnica, viagens de estudos ou aula-passeio, além de ser apontado como prática inovadora mostra-se instrumento frequente em várias instituições de ensino particulares e públicas.</p>
DA COSTA E SILVA (2023)	<p>Um dos elementos básicos para a educação ambiental e a conscientização de preservação é o entendimento do espaço geográfico, conforme relata a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) referente aos objetivos do ensino.</p>

Quadro 3: Turismo Pedagógico  
 Fonte: Dados da pesquisa (2025).

A seguir, está disposto o material gráfico da cartilha educacional proposta neste trabalho, com o apoio do Projeto Integrado Comunicatur (GPU UFT/UFNT n° 3926)<sup>3</sup>, incluindo imagens, conceitos, leis ambientais e jogos educativos, que proporcionam a reflexão e a sensibilização para a causa ambiental, conforme seguem:



<sup>3</sup> Projeto integrado de ensino, pesquisa, extensão e inovação (GPU UFT/UFNT n° 3926): <https://sistemas.uft.edu.br/gpu/admin/app/projetopesquisa/3926/show>



Figuras 11, 12, 13, 14, 15 e 16: Cartilha Educativa  
 Fonte: Dados da pesquisa (2025).

Ao final da cartilha<sup>4</sup> está disposta uma proposição de jogo educativo, além de um *link* para jogos educativos *on-line*, haja vista, que a utilização de ferramentas interativas auxilia no processo de aprendizagem, corroborando na fixação das temáticas e na ludicidade da ação, especialmente para o público-alvo infanto-juvenil.

O esboço dessa etapa se encontra disponível na plataforma on-line de criação de conteúdo de audiovisual Canva, como também está apresentado na figura 17, a seguir:

<sup>4</sup> Cartilha educativa disponível em:  
[https://www.canva.com/design/DAGgqf8sj7Q/pNZdY0PgP4p\\_5COGe3Q3wg/edit?utm\\_content=DAGgqf8sj7Q&utm\\_campaign=designshare&utm\\_medium=link2&utm\\_source=sharebutton](https://www.canva.com/design/DAGgqf8sj7Q/pNZdY0PgP4p_5COGe3Q3wg/edit?utm_content=DAGgqf8sj7Q&utm_campaign=designshare&utm_medium=link2&utm_source=sharebutton)

## JOGOS EDUCATIVOS

O jogo de erros e acertos apresenta iniciativas em prol da conservação e outras, contrárias à conservação ambiental. A brincadeira é fazer com que os participantes reflitam, comentem e discutam sobre as ilustrações apontadas.



**APONTE SEU CELULAR AQUI PARA JOGOS EDUCATIVOS ON-LINE**



Figura 17: Jogos educativos da cartilha

Fonte: Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (2025).

A proposta dos jogos educativos é didática, e se apresenta ao final da cartilha, juntamente com o *QR CODE* (*Quick Response*) de jogos educativos *on-line*, onde crianças de diversas idades, e até mesmo adolescentes, podem jogar com temáticas das diferentes ciências e graus de dificuldade.

Além disso, os jogos *on-line* (*games*) são gratuitos e de fácil acesso, facilitando assim, a participação de diferentes públicos, idades e classes sociais, democratizando o acesso ao material paradidático. Laercio e Fonseca (2022) apontam que as práticas pedagógicas utilizadas para expor estes conteúdos buscam a sensibilização e análise crítica dos educandos em relação aos conflitos socioambientais nos níveis mundial, estadual e local, além de discutir os diferentes paradigmas ambientais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se neste trabalho que, a educação ambiental se apresenta como um importante instrumento consolidador da sustentabilidade e viabilidade turística, haja vista que, o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, bem como conhecimentos, habilidades, atitudes e competências, que possibilitam a perenidade do turismo em uma localidade, conforme preconizam os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Observa-se ainda, que os impactos ambientais advindos do turismo se dão devido às modificações e transformações que essa atividade ocasionada no meio natural a partir da instalação da infraestrutura da atividade; como os meios de hospedagens, restaurantes, agências, receptivos, etc., de forma inadequada ou não planejada.

Os impactos ambientais advindos do turismo podem ser mitigados, desde que, ocorra o efetivo planejamento da atividade abarcando os contextos econômicos, sociais e ambientais, daí a importância da educação ambiental como um instrumento pedagógico para essa atividade.

O estudo pode observar a aplicação do turismo pedagógico em uma comunidade tocantinense trazendo benefícios à comunidade rural, além de ampliar conceitos e consolidá-los na mente dos autóctones.

A pesquisa em campo concluiu que a atividade turística tende a abarcar a educação ambiental, inclusive utilizando ferramentas tecnológicas, como um drone multiespectral, para auxiliar no enriquecimento do estudo da paisagem, o ordenamento das comunidades, e as territorialidades.

Dessa forma, Educação Ambiental é vista, a partir das pesquisas realizadas, como um processo que proporciona às pessoas uma compreensão a respeito do ambiente, e deste modo, elucida valores e atitudes, que proporcionam uma consciência participativa, sobre as questões relacionadas como o desenvolvimento do turismo, práticas de lazer e recreação, proporcionando meios de conservação dos recursos naturais.

## REFERÊNCIAS

- BELTRÃO, O. de. **Turismo: a indústria do século XXI**. Osasco: Novo Século, 2001.
- BRANDÃO, C. R. **Participar-Pesquisar**, in Brandão, C. R. (org.). Repensando a Pesquisa Participante, pp. 7-14, Ed. Brasiliense, São Paulo. 1999.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução CONAMA**, de 23 de janeiro de 1986. Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para a avaliação de impacto ambiental. Brasília, 2008.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Programa Nacional Escolas Conectadas**. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/escolas-conectadas> . Acesso em 10 de janeiro de 2025.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's)**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/introducao.pdf> . Acesso em 10 de fevereiro de 2025.
- CASASOLA, L. **Turismo e ambiente**. Tradução de Waldelina Rezende. São Paulo: Roca, 2003.
- DA COSTA E SILVA, Cayo Cesar Gregorio. **SENSORIAMENTO REMOTO: uma análise a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Trabalho de Conclusão de Curso**. UFT. 2023.
- DA SILVA LOUZEIRO, Flavia Oliveira. Experimentando o conhecimento: o Turismo Pedagógico como ferramenta para o Ensino Profissional. **Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)**, v. 12, n. 1, 2019.
- DIAS, Genebaldo Freire. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. São Paulo: Gaia, 1992.
- DIAS, R. **Introdução ao turismo**. São Paulo: Atlas, 2005.
- EMBRATUR. **Estratégias para o desenvolvimento do turismo rural no Brasil**. Embratur, 1999.
- FERRETTI, E. R. **Turismo e meio ambiente: uma abordagem integrada**. São Paulo: Roca, 2002.
- FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 17 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1987.
- GOMES, L.M.R.; SILVA, E.; RIBEIRO, G.A.; GRIFFIT, J.J. Problemas ambientais causados pelo ecoturismo no setor urbanizado do subdistrito de Lavras Novas, Ouro Preto, MG. **Turismo Visão e Ação**, Itajaí, v5, n.3, p. 239-247, set./dez. 2003.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **O que é a Amazônia Legal?** Disponível em

[https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com\\_content&id=2154:catid=28](https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2154:catid=28).

Acesso em 15 de fevereiro de 2025.

LAÉRCIO, Francisco Giovani Souza; FONSECA, Leticia Rodrigues. Proposta de jogo educativo para a educação ambiental no ensino básico. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, v. 17, n. 1, p. 9-27, 2022.

LEITE, Andressa Ferreira Ramalho; LAMAS, Suellen Alice; DE MENDONÇA NÓBREGA, Wilker Ricardo. Sistemas de gestão ambiental e competitividade: uma análise de múltiplos casos em meios de hospedagem de Natal–RN. **Turismo: Visão e Ação**, v. 21, n. 1, p. 65-80, 2019.

MELLO, S. Soraia, Rachel. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola** p.: il.; 23 x 26 cm. Vários colaboradores. ISBN 978-85-60731-01-5 1. Educação ambiental – Brasil. 2. Educação básica – Brasil. I Título.

OMT. Organização Mundial de Turismo. **Guia de desenvolvimento do turismo sustentável**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Relatório Estado do Ar Global**. Disponível <https://news.un.org/pt/story/2024/06/1833321#:~:text=Brasil%20teve%20mais%20de%202010,causadas%20pela%20polui%C3%A7%C3%A3o%20do%20ar>. Acesso em 20 de dezembro de 2024.

PEREIRA, M. R. C. O impacto do turismo na identidade local: um estudo de caso: Pirenópolis (GO). 2003. 43 f. **Monografia (Especialização em Turismo)** – Centro de Excelência em Turismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.

PERINOTTO, André RC. Turismo pedagógico: uma ferramenta para educação ambiental. **Caderno virtual de Turismo**, v. 8, n. 1, p. 100-103, 2008.

RUSCHMANN, Doris. A experiência do turismo ecológico no Brasil: Um novo nicho de mercado ou um novo esforço para atingir a sustentabilidade? **Turismo – Visão e Ação**, 2, n. 5, p. 81-90. 2000.

SEGURA, Denise de S. Baena. **Educação Ambiental na escola pública: da curiosidade ingênua à consciência crítica**. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. 214p.

SILVA, J.W. **Turismo Rural**. Bauru, Educs, 2000.

UNESCO. **Década da Educação das Nações Unidas para um Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014**, Brasília-DF, 2005. 120 p.